Empresas & Negócios

MATERIAL PUBLICADO NO JORNAL EMPRESAS & NEGÓCIOS EM 19/05/2026

ECOGEN RIO SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A. - CNPJ/MF nº 73.688.855/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.621	6.595
Contas a receber de clientes	7	13.561	13.395
Estoques	9	12.097	9.873
Impostos a recuperar	8	2.386	3.884
Outros créditos		942	2.200
Total do ativo circulante		**47.607**	**35.947**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	9.058	9.924
Impostos a recuperar	8	990	2.090
Impostos diferidos	21	3.256	3.647
Outros ativos	14	16.941	15.257
Imobilizado	10	37.143	42.175
Total do ativo não circulante		**67.388**	**73.093**
Total do ativo		**114.995**	**109.040**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	9.282	7.630
Impostos e contribuições a recolher	12	5.332	4.771
Salários, provisões e encargos sociais		739	793
Outras contas a pagar		208	8
Total do passivo circulante		**15.561**	**13.202**
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	12	642	724
Provisão para riscos	14	17.057	15.257
Total do passivo não circulante		**17.699**	**15.981**
Patrimônio líquido			
Capital social	15 a)	81.750	81.750
Prejuízos Acumulados	15 b)	(15)	(1.893)
Total do patrimônio líquido		81.735	79.857
Total do passivo e do patrimônio líquido		**114.995**	**109.040**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de Capital Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**81.750**	**698**	**-**	**82.448**
Prejuízo do exercício		-	-	(4.915)	(4.915)
Dividendos não distribuídos	15 c)	-	-	2.324	2.324
Absorção da reserva legal pelo prejuízo do exercício		-	(698)	698	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**81.750**	**-**	**(1.893)**	**79.857**
Lucro do exercício		-	-	1.878	1.878
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**81.750**	**-**	**(15)**	**81.735**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2025	2024
Receita operacional	16	**103.545**	**85.175**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	**(103.534)**	**(91.080)**
Lucro (prejuízo) bruto		**11**	**(5.905)**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(1.586)	(1.434)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	5.352	(2.027)
		3.766	**(3.461)**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(259)	(276)
Receitas financeiras	20	132	2.754
		(127)	**2.478**
Lucro/prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.650**	**(6.888)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21	(1.381)	-
Diferidos	21	(391)	1.973
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**1.878**	**(4.915)**
Lucro (prejuízo) por ação - R$		**0,04**	**(0,11)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2025	2024
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**1.878**	**(4.915)**
Item que será posteriormente reconhecido no resultado:		
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**1.878**	**(4.915)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**1.878**	**(4.915)**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	10.3.b	10.042	9.441
Despesa de juros/encargos sobre empréstimos	20	-	5
Perda na venda/baixa do imobilizado	19	238	3.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	391	(1.973)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		700	251
Estoques		(2.224)	(1.690)
Outros créditos		1.257	298
Impostos a recuperar		2.598	(926)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.770	1.174
Impostos e contribuições a recolher		1.710	644
Salários e encargos a pagar		(54)	394
Outras contas a pagar		316	(180)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		18.622	6.070
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.230)	(285)
Juros pagos		-	(4)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**17.392**	**5.781**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	10	(5.366)	(9.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(5.366)**	**(9.829)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos (principal)	12	-	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	**(22)**	
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**12.026**	**(4.070)**
Saldo no início do exercício		6.595	10.665
Saldo no fim do exercício		18.621	6.595
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**12.026**	**(4.070)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: a) Objeto social: A Ecogen Rio Soluções Energéticas S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 17 de dezembro de 2009. A controladora intermediária é a Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora final é a Mitsui & Co. Ltd., com sede na cidade de Tóquio, no Japão. A Companhia tem por objeto social: • Geração, compra, venda, importação e exportação de energia elétrica e térmica, gases e utilidades industriais. • Fabricação de gases e utilidades industriais. • Consultoria em geral no mercado de energia. • Prestação de serviços, próprios ou terceirizados, de projetos, consultorias, implantação, operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais. • Locação de bens móveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade. • Participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista. • Estruturação de projetos, implementação, operação e manutenção de central de cogeração de energia e utilidades, bem como a comercialização dos produtos gerados. A Companhia tem como clientes indústrias e shopping centers. Os projetos de centrais elétricas desenvolvidos pela Companhia e acordados com seus clientes utilizam gás natural e diesel como combustível. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos a cada encerramento de exercício conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão apresentadas em notas explicativas da respectiva rubrica. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Ecogen Rio possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. Moeda Funcional e Apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **a)** Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: • Nota explicativa nº 7.3 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento financeiro. • Nota explicativa nº 10 - teste de redução a valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis. **b)** Estimativas: As informações sobre premissas relativas às estimativas materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa nº 10 - teste de redução a valor recuperável, principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis. • Nota explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração das provisões para riscos, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão apresentadas em notas explicativas da respectiva rubrica. As práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e normas ainda não adotadas:** Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Companhia:

Pronunciamento: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21). **Descrição:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada.

Pronunciamento: OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e). **Descrição:** Em dezembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), com o objetivo de orientar o tratamento contábil aplicável às permissões de emissão ("allowances") e aos Créditos de Descarbonização (CBIO), diante da inexistência de pronunciamento técnico específico sobre o tema. A orientação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses instrumentos, considerando os diferentes modelos de negócios e finalidades (uso próprio ou negociação). A OCPC 10 não estabelece data de vigência obrigatória, devendo ser aplicada como orientação interpretativa, observadas as normas vigentes aplicáveis, em especial os pronunciamentos do CPC alinhados às IFRS.

Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas, que entrarão em vigência em período subsequente ao exercício de 2025:

Pronunciamento: CPC 48 e CPC 40 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **Descrição:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em conjunto com as alterações correlatas ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, alinhados ao IFRS 9 e IFRS 7 emitidos pelo IASB. O CPC 48 introduziu um novo modelo para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, novos critérios para reconhecimento e desreconhecimento, além de alterações relevantes no modelo de perda esperada ("impairment") e na contabilidade de hedge. Em complemento, o CPC 40 passou a exigir novas divulgações qualitativas e quantitativas, com o objetivo de ampliar a transparência sobre a exposição a riscos financeiros e os efeitos dos instrumentos financeiros na posição patrimonial e no desempenho das entidades.

Pronunciamento: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18). **Descrição:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

Pronunciamento: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19). **Descrição:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima, ademais, é esperado que haja impactos materiais de divulgação em relação a mudança atrelada ao IFRS 18 mencionado acima. **6. Caixa e equivalentes de caixa: 6.1. Política Contábil:** O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. São mensurados inicialmente pelo seu valor justo, e sua mensuração subsequente é realizada pelo seu valor justo através do resultado. As principais variações de valor esperadas são o reconhecimento dos juros das aplicações financeiras.

6.2. Composição:	2025	2024
Caixa e bancos	11	24
Aplicações financeiras	18.610	6.571
Total	**18.621**	**6.595**

As aplicações financeiras compromissadas de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de mercado e referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados a taxa de 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% da taxa CDI em 2024). **7. Contas a receber de clientes: 7.1. Política Contábil:** As contas a receber de clientes são ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado. São registrados através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado. Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para perdas de crédito esperadas - PCE é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes. **7.2. Provisão para perdas de crédito esperadas - PCE:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") nos valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil dos contratos e da existência do contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber de seus clientes.

7.3. Composição e idade de vencimento:	2025	2024
Contas a receber de clientes	13.466	13.481
Contas a receber de clientes - "leasing" (a)	9.153	9.838
Total	**22.619**	**23.319**
Circulante	13.561	13.395
Não circulante	9.058	9.924

(a) A Companhia arrenda ativos para clientes os quais estão sendo reconhecidos como arrendamentos financeiros. As contas a receber dos arrendamentos financeiros são reconhecidas pelo valor do investimento líquido dos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos. Os saldos do contas a receber da Companhia estão apresentados a valor presente, onde o valor que representa o AVP (Ajuste a valor presente) em 31 de dezembro de 2025 é de R$222 (R$112 em 31 de dezembro de 2024). A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão, bem como o saldo de contas a receber de venda de produtos possuem vencimento não superior a 30 dias. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento. As parcelas mínimas futuras dos arrendamentos são conforme segue:

	2025	2024
Até um ano	1.257	1.053
Entre um e cinco anos	6.261	5.547
Mais de cinco anos	1.635	3.238
Total	**9.153**	**9.838**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía em seu Contas a Receber de clientes e Contas a Receber de Clientes - "Leasing" montantes vencidos.

8. Impostos a recuperar:	2025	2024
ICMS	2.588	3.257
PIS/COFINS (a)	534	2.482
Impostos retidos sobre serviço	254	235
Total	**3.375**	**5.974**
Circulante	2.386	3.884
Não circulante	990	2.090

(a) O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no dia 13 de maio de 2021, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, bem como definiu a modulação para fins de apuração de crédito fiscal. Em 2021 a Companhia registrou créditos fiscais oriundos do processo de exclusão do ICMS da Base do PIS e da COFINS, para o qual o processo individual da Companhia ocorreu em 2021, assim como a habilitação do crédito. Em 31 de dezembro de 2025, parte do crédito apurado já foi utilizado para a compensação, permanecendo o saldo registrado na rubrica "Impostos a Recuperar" o montante de R$529 (R$2.096 em dezembro de 2024). **9. Estoques: 9.1. Política contábil:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são compostos por estoques de matérias-primas, peças de reposição e produtos acabados. Peças de reposição e estoques de matérias-primas: Referem-se a materiais utilizados nas centrais de energia, na operação e na manutenção da prestação dos serviços, bem como, insumos produtivos. Produtos acabados: Contemplam os custos diretos de materiais, custos diretos de mão-de-obra e os custos gerais incorridos para trazê-los às condições existentes. São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o valor de mercado.

9.2. Composição:	2025	2024
Peças de Reposição	11.431	8.934
Produtos acabados	605	552
Estoques de Matérias-primas	61	387
Total	**12.097**	**9.873**

10. Imobilizado: 10.1. Política contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando necessário. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e iniciam seu uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo passa a ser utilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes, aplicáveis para a Controladora e suas Controladas:

	Vida útil
Ferramentas/equipamentos de informática e sistemas e aplicativos	5 anos
Máquinas e equipamentos - operacional (*)	7-20 anos

(*) A depreciação de "Máquinas e equipamentos - operacional" reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja: (i) o prazo final dos contratos para os ativos que a Companhia não consegue remover das instalações dos clientes, tais como obras civis e demais benfeitorias em imóveis de terceiros; ou (ii) vida útil-econômica no caso de ativos que possam ser retirados e possuam perspectiva de realização futura. Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos ativos são revisados a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **10.2. Análise de perda do valor recuperável dos ativos ("impairment"):** A Companhia monitora o desempenho financeiro e operacional das unidades geradoras de caixa ("plantas"), tendo como objetivo identificar indicação de perda de valor recuperável. As perdas por valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo ou planta exceda o valor recuperável estimado, conforme critérios apresentados abaixo. O valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores é avaliada a cada encerramento de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Para efeitos dos testes de análise de perda do valor recuperável de tais ativos de vida finita, foi definido um conjunto de premissas, das quais destacamos as mais relevantes abaixo: • Utilização do método de valor em uso, sendo determinado fluxo de caixa descontado para cada projeto identificado como unidade geradora de caixa. • Fluxo de caixa projetivo, em termos reais, que possui prazo definido para cada contrato, sendo a receita estimada baseada nas condições atuais acordadas entre as partes e os custos e despesas estimados na melhor expectativa de ocorrência, sendo levado em conta o histórico. • Taxa de desconto (líquido dos impostos) sem atribuição de prêmio específico na estrutura da taxa pois a companhia não se considera formadora de mercado. A Companhia não registrou provisão para redução ao valor recuperável em 2025 e 2024.

10.3. Composição e movimentação:

	Custo	Depreciação	2025 Líquido	2024 Líquido
Custo dos bens sujeitos à depreciação:				
Máquinas e equipamentos - escritório	298	(274)	24	43
Máquinas e equipamentos - operacional	107.495	(70.387)	37.108	42.102
Móveis e utensílios	30	(26)	4	5
Sistemas aplicativos	96	(89)	7	25
Total	**107.919**	**(70.776)**	**37.143**	**42.175**

	Custo	Depreciação	2024 Líquido	2023 Líquido
Custo dos bens sujeitos à depreciação:				
Máquinas e equipamentos - escritório	298	(255)	43	137
Máquinas e equipamentos - operacional	103.225	(61.123)	42.102	45.030
Móveis e utensílios	30	(25)	5	7
Sistemas aplicativos	96	(71)	25	43
Total	**103.649**	**(61.474)**	**42.175**	**45.217**

a) Movimentação do custo:

	Saldo em 2024	Adições (i)	Baixas (i)	Saldo em 2025
Máquinas e equipamentos - escritório	298	-	-	298
Máquinas e equipamentos - operacional	103.225	5.248	(978)	107.495
Móveis e utensílios	30	-	-	30
Sistemas aplicativos	96	-	-	96
Total	**103.649**	**5.248**	**(978)**	**107.919**

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Máquinas e equipamentos - escritório	298	-	-	298
Máquinas e equipamentos - operacional	98.610	9.947	(5.334)	103.225
Móveis e utensílios	30	-	-	30
Sistemas aplicativos	96	-	-	96
Total	**99.035**	**9.947**	**(5.334)**	**103.649**

(i) As adições registradas na rubrica de máquinas e equipamentos no exercício de 2025 referem-se, substancialmente, à reposição de componentes e peças dos motogeradores utilizados nas operações da Companhia. Tais aquisições ocorreram no curso normal das atividades operacionais, com o objetivo de manter a eficiência, a confiabilidade e a continuidade operacional dos equipamentos utilizados na geração de energia.

b) Movimentação da depreciação acumulada:

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Máquinas e equipamentos - escritório	(255)	(19)	-	(274)
Máquinas e equipamentos - operacional	(61.123)	(10.004)	740	(70.387)
Móveis e utensílios	(25)	(1)	-	(26)
Sistemas aplicativos	(71)	(18)	-	(89)
Total	**(61.474)**	**(10.042)**	**740**	**(70.776)**

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Máquinas e equipamentos - escritório	(216)	(39)	-	(255)
Máquinas e equipamentos - operacional	(53.528)	(9.382)	1.787	(61.123)
Móveis e utensílios	(23)	(2)	-	(25)
Sistemas aplicativos	(53)	(18)	-	(71)
Total	**(53.820)**	**(9.441)**	**1.787**	**(61.474)**

11. Fornecedores: 11.1. Política contábil: O saldo de fornecedores é composto principalmente pelos valores em aberto de aquisições e custos constantes. Os passivos são registrados por montante imediatamente liquidável em moeda corrente pelo valor apresentado.

11.2. Composição:	2025	2024
Fornecedores - operação - materiais e serviços	2.575	3.346
Fornecedores - operação - insumos produtivos	6.707	4.165
Fornecedores - equipamentos	-	119
Total	**9.282**	**7.630**

12. Impostos e contribuições a recolher:

	2025	2024
ICMS	4.058	3.757
PIS/COFINS	1.704	1.619
ISS	6	6
IRPJ/CSLL	130	-
Outros impostos (*)	76	113
Total	**5.974**	**5.495**
Circulante	5.332	4.771
Não circulante	642	724

(*) Referem-se às retenções de impostos (imposto de renda, CSLL, ISS, PIS, COFINS e INSS) de fornecedores de serviços. **13. Partes relacionadas:** Remuneração do pessoal chave: A Companhia não oferece remuneração direta aos seus diretores, uma vez que são remunerados diretamente pela sua controladora Ecogen Brasil. Operações realizadas com partes relacionadas:

	2025 Ecogen Brasil	2024 Ecogen Brasil
Outras receitas (i)	2.032	2.768
Custo dos produtos vendidos e serviços	(938)	(862)
Despesas administrativas e gerais	(1.125)	(1.125)
Total	**(31)**	**781**

(i) Trata-se de ressarcimento de seguros da operação da Ecogen Rio recebido pela Ecogen Brasil, devidamente transferido para a Ecogen Rio. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui contas a pagar em aberto com sua controladora. **14. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos cíveis, trabalhistas e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, concluiu que 31 de dezembro de 2025, existiam contingências passivas tributárias e cíveis, classificadas como provável de perda, no montante de R$17.057 (R$15.257 em 31 de dezembro de 2024), para as quais foi reconhecida uma provisão para contingências. Do montante divulgado acima, o valor de R$15.754, é representado por ação cível (R$14.226 em 31 de dezembro de 2024), em que um ex-cliente da Companhia impetrou com ação cível de perdas e danos devido ao não cumprimento do escopo de dois contratos. Ocorre que, após a constituição de perito judicial, o laudo apresentado foi desfavorável a Companhia, e embora o laudo ainda não tenha sido homologado em juízo, e as partes não tenham apresentado os pedidos de esclarecimentos e as referidas impugnações, a avaliação dos assessores jurídicos é que a lide é classificada como provável de perda. Quanto ao restante do valor provisionado, trata-se de contingência tributária relacionada a Embargos à Execução Fiscal opostos com vistas à desconstituição de alegados débitos de ICMS-ST, apurados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010 e exigidos por meio da Execução Fiscal nº 0741877-76.2014.8.13.0024, o valor atualizado é de R$1.186 (1.030 em dezembro de 2024), as demais causas referem-se a três processos trabalhistas classificados como de perda provável, cujo valor total provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R$115. Conforme o Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia, assinado em 4 de outubro de 2018, entre a atual Controladora da Companhia e a antiga Controladora Light S.A., a responsabilidade pelos custos de defesa, bem como, eventuais condenações dos processos judiciais anteriores a data do "closing" é da Light S.A. Em caso de ressarcimentos pela Light S.A. a atual Controladora cederá o montante ressarcido a Companhia para equalizar os efeitos de quaisquer desembolsos de caixa provenientes de condenações desses respectivos processos. Considerando o fato exposto acima, a Companhia constituiu na rubrica de Outros Ativos, classificados no ativo não circulante, um ativo de mesmo montante (R$16.941 em 31 de dezembro de 2025 e R$15.257 em 31 de dezembro de 2024) para fazer frente ao pagamento de uma eventual condenação. A Companhia possui ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias em curso nas quais é parte do polo passivo, com probabilidade de perda possível, que somam o montante de R$4.517 (R$1.998 em 31 dezembro de 2024). **15. Patrimônio líquido: a)** Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$81.750 e está representado por 43.799.535 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo de propriedade integral da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. **b)** Reserva de lucros: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **c)** Dividendos: Aos acionistas é assegurado o dividendo de 100%, após a constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, salvo disposição contrária aprovada em Assembleia pelos acionistas. Em razão da apuração de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, o lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi integralmente destinado à sua absorção, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76. Dessa forma, não houve proposta de distribuição de dividendos no exercício, uma vez que não houve lucro líquido ajustado, conforme disposto no art. 202 da referida lei. **d)** Lucro (prejuízo) por ação: Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação. A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas. Portanto, não há efeitos diluidores sobre o lucro básico por ação demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.878	(4.915)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em milhares	43.800	43.800
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,04	(0,11)

16. Receita operacional: 16.1. Política contábil: A Companhia possui receitas de vendas de produtos, de locação de equipamentos e de prestação de serviços, obedecendo à especificidade de cada contrato. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita ou os serviços são concluídos.

16.2. Composição:	2025	2024
Venda de produtos	145.274	119.699
Serviços prestados	1.501	1.455
Impostos sobre serviços e venda de mercadorias	(43.230)	(35.979)
Total	**103.545**	**85.175**

17. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: A Companhia apresentou classificação dos custos com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Combustíveis, lubrificantes e materiais	(79.279)	(66.952)
Depreciação e amortização	(10.004)	(9.377)
Salários e encargos	(6.453)	(5.760)
Serviços de terceiros	(7.798)	(8.991)
Total	**(103.534)**	**(91.080)**

18. Despesas administrativas e gerais: A Companhia apresentou classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Serviços de terceiros	(1.383)	(1.338)
Salários e encargos	(132)	(26)
Outros	(71)	(70)
Total	**(1.586)**	**(1.434)**

19. Outras receitas e despesas operacionais:	2025	2024
Baixa de ativo imobilizado, líquida	(238)	(3.546)
Outras receitas (despesas) operacionais (I)	5.590	1.519
Total	**5.352**	**(2.027)**

(I) Cerca de 5 milhões se trata do ressarcimento por parte do seguro acerca da quebra de um motogerador da companhia. **20. Resultado financeiro: 20.1. Política contábil:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias. **20.2. Composição:**

Despesas financeiras:	2025	2024
Juros sobre empréstimo	-	(5)
Tarifas bancárias	(28)	(32)
Multas	(231)	(99)
Outras	-	(140)
	(259)	**(276)**
Receitas financeiras:		
Juros e correção monetária sobre leasing	-	1.689
Receitas de aplicações financeiras	28	151
Juros recebidos de clientes	63	738
Outros	41	176
	132	**2.754**
Resultado financeiro, líquido	**(127)**	**2.478**

21. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido: Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: O imposto de renda e a contribuição social correntes são os impostos a pagar estimados sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social correntes são mensurados com base nas alíquotas efetivas a cada encerramento de exercício. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e por diferenças temporariamente não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada encerramento de exercício e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. A mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados como segue:

	2024	Efeito no resultado de 2025	2025
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	3.138	(602)	2.536
Diferenças temporárias (b)	500	211	711
Impostos diferidos ativos - efeito líquido	3.638	(391)	3.247

(a) A Companhia também reconheceu créditos tributários sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais. A Companhia apresenta histórico de consumo do prejuízo fiscal desde 2021. O ativo fiscal diferido é reconhecido quando é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outras, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento de seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas. (b) Os saldos de diferenças temporárias referem-se a provisões não dedutíveis que serão posteriormente convertidas em lucros tributáveis. A Administração da Companhia considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados quando da realização de tais provisões. A Companhia estima que o ativo de imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social será realizado da seguinte forma:

Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026	360	130	490
2027	1.278	460	1.738
2028	227	81	308
Total	**1.865**	**671**	**2.536**

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía prejuízos fiscais totais a compensar sobre os seguintes valores-base:

Prejuízos fiscais	7.467

A conciliação do resultado calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do imposto de renda e da contribuição social debitados no resultado é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.650	(6.888)
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(1.241)	2.342
Efeito de resultado não dedutíveis permanentes	(530)	(369)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(1.771)**	**1.973**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.381)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(391)	1.973
Alíquota efetiva	**48,52%**	**39,36%**

Os encargos tributários, as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis. **22. Instrumentos financeiros: a)** Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **(i)** Classificação de ativos financeiros: Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(ii)** Custo amortizado e métodos de taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **(iii)** Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento e valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para ativos financeiros, a perda de crédito esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original. Para um valor a receber de arrendamento, os fluxos de caixa usados na determinação das perdas de crédito esperadas estão em linha com os fluxos de caixa usados na mensuração do valor a receber de arrendamento de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos. A Companhia reconhece um ganho ou perda por redução ao valor recuperável no resultado para todos os instrumentos financeiros com um correspondente ajuste ao seu valor contábil por meio de uma conta de provisão para perdas, exceto pelos investimentos em instrumentos da dívida que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, para os quais a provisão para perdas é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de reavaliação de investimentos, e não reduz o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. **b)** Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **(i)** Classificação de passivos financeiros: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e "swaps" de taxa de juros. Contabilização de "hedge": No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge", juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para assumir diversas transações de "hedge". Além disso, no início do "hedge" e em base contínua, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" é efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item objeto de "hedge" atribuíveis ao risco objeto de "hedge". "Hedges" de fluxo de caixa: A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de "hedge" qualificáveis que são designados e qualificados como "hedges" de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de "hedge" de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de "hedge" desde o início do "hedge". O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado, e é incluído na rubrica "Outros ganhos e perdas". As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelos acionistas a fim de identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar os riscos e a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **c)** Classificação dos instrumentos financeiros: Considerações gerais: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2025:

Ativos financeiros:	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	18.621	18.621
Contas a receber de clientes	22.619	22.619
Passivos financeiros:		
Fornecedores	9.282	9.282

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros:	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	6.595	6.595
Contas a receber de clientes	23.319	23.319
Passivos financeiros:		
Fornecedores	(7.630)	(7.630)

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos: **(i)** Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". **(ii)** Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Por meio de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida. **(iii)** Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca manter seus níveis de endividamento aceitáveis para que sejam favoráveis à criação de valores para os acionistas. **(iv)** Risco de concentração de clientes: A Companhia apresenta concentração relevante de suas receitas em um único cliente, sendo esse risco monitorado continuamente pela Administração no âmbito da gestão de risco de crédito. Como mitigadores, destaca-se que a Companhia mantém relacionamento comercial de longo prazo com esse cliente, com contrato vigente até 2029, além de histórico de adimplência. A estratégia da Companhia está direcionada à continuidade da prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) nos ativos do contrato vigente, bem como na avaliação de oportunidades complementares junto ao cliente. **23. Compromissos:** Gás: A Companhia possui contratos de fornecimento de gás com a concessionária de gás canalizado CIA Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG, de maneira que garanta o suprimento de gás para o Projeto RJR. As quantidades anuais mínimas contratadas, multiplicadas pelas tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2025, perfazem os seguintes valores:

	2025
Ceg Rio	59.305

As quantidades de gás contratadas que originaram os valores mencionados anteriormente estão de acordo com a necessidade da fábrica e implica obrigação de compra somente na hipótese de continuidade das operações. Em caso de rescisão antecipada, a obrigação de compra futura inexiste e as multas contratuais seriam aplicáveis somente ao volume mínimo não consumido até a data da rescisão. Além disso, como contrapartida, o cliente RJR também possui compromissos de consumos mínimos com a Companhia, os quais são suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações oriundas do contrato com a concessionária de gás. Embora tenhamos uma concentração no fornecimento de gás, é importante ressaltar que o risco de descumprimento por parte da CEG Rio é baixo uma vez que ela é a principal distribuidora de gás do Rio de Janeiro. Além disso, historicamente, a CEG Rio sempre cumpriu com seus compromissos junto a Ecogen Rio (A Companhia possui contratações com ela desde 2017), porém, para eventuais descumprimentos de entrega, a Companhia buscaria no mercado outras alternativas de fornecimento de gás. **24. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, bem como a suficiência da cobertura dos seguros contratados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de trabalho de revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram objeto de revisão dos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$60.000 para danos patrimoniais e R$27.000 para responsabilidade civil, o Limite Máximo de Indenização é compartilhado com a Controladora da Companhia, e o valor é ressarcido via reembolso para a controlada. **25. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

A DIRETORIA

Camila Anjos - Contadora - CRC 1SP 298676/O-0

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Ecogen Rio Soluções Energéticas S.A.** São Paulo - SP.

Introdução: Revisamos as demonstrações financeiras da Ecogen Rio Soluções Energéticas S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidades do auditor independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 - Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e ISRE 2400 - "Engagements to Review Historical Financial Statements", emitida pela Federação Internacional dos Contadores - "International Federation of Accountants - IFAC", respectivamente). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao conhecimento do auditor independente que o leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura aplicável de relatórios financeiros. Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à Administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Conclusão sobre as demonstrações financeiras:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB.

São Paulo, 30 de abril de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA:05687343000190

Assinado de forma digital por JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA:05687343000190
Dados: 2026.05.18 19:14:26 -03'00'

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ecogen-rio-solucoes-energeticas-s-a-demonstracoes-financeiras-para-os-exercicios-findos-em-31-de-dezembro-de-2025-e-de-2024/

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

ICP Brasil